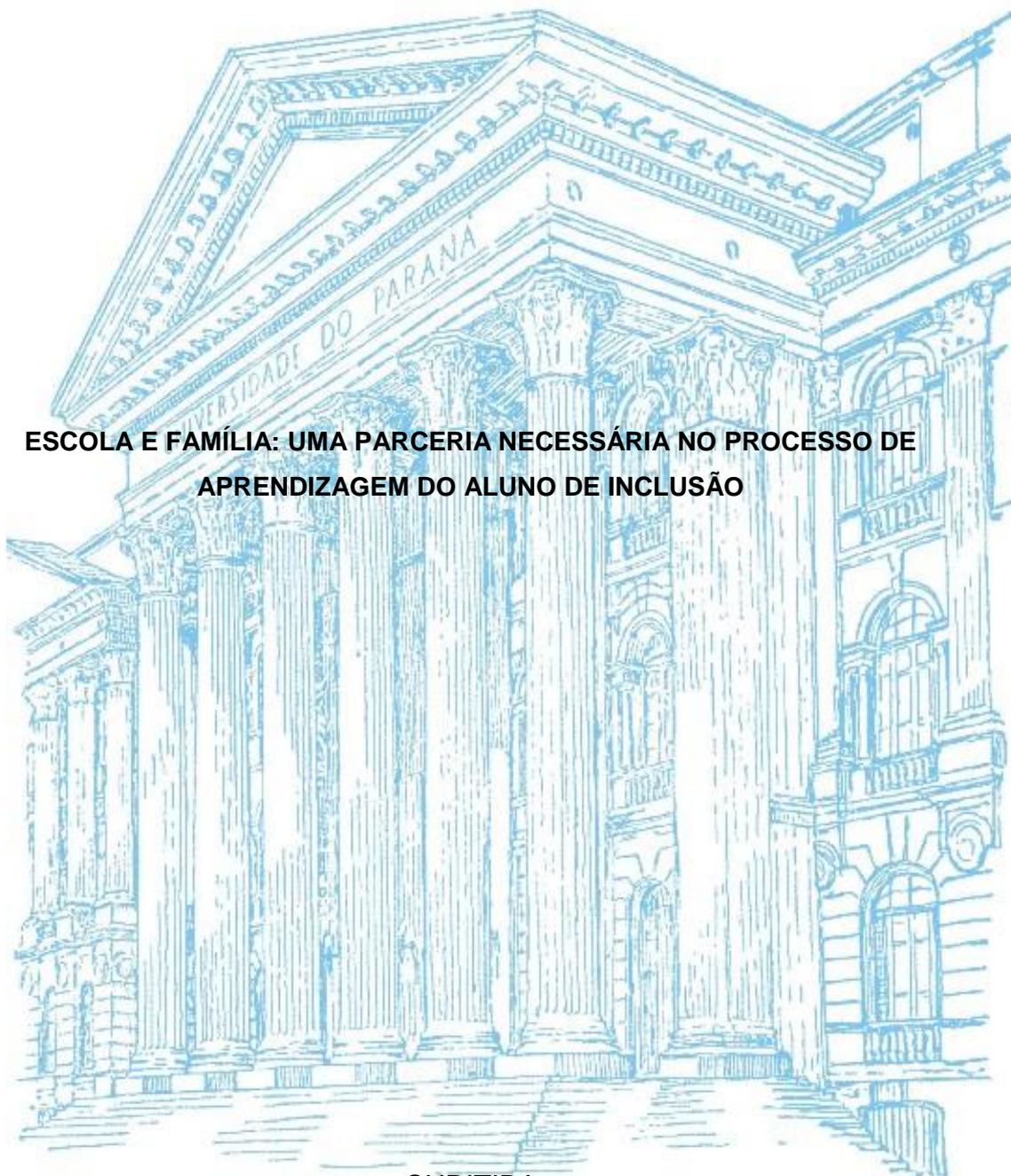


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VERA LUCIA DE AGUSTINHO DE OLIVEIRA



**ESCOLA E FAMÍLIA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DO ALUNO DE INCLUSÃO**

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

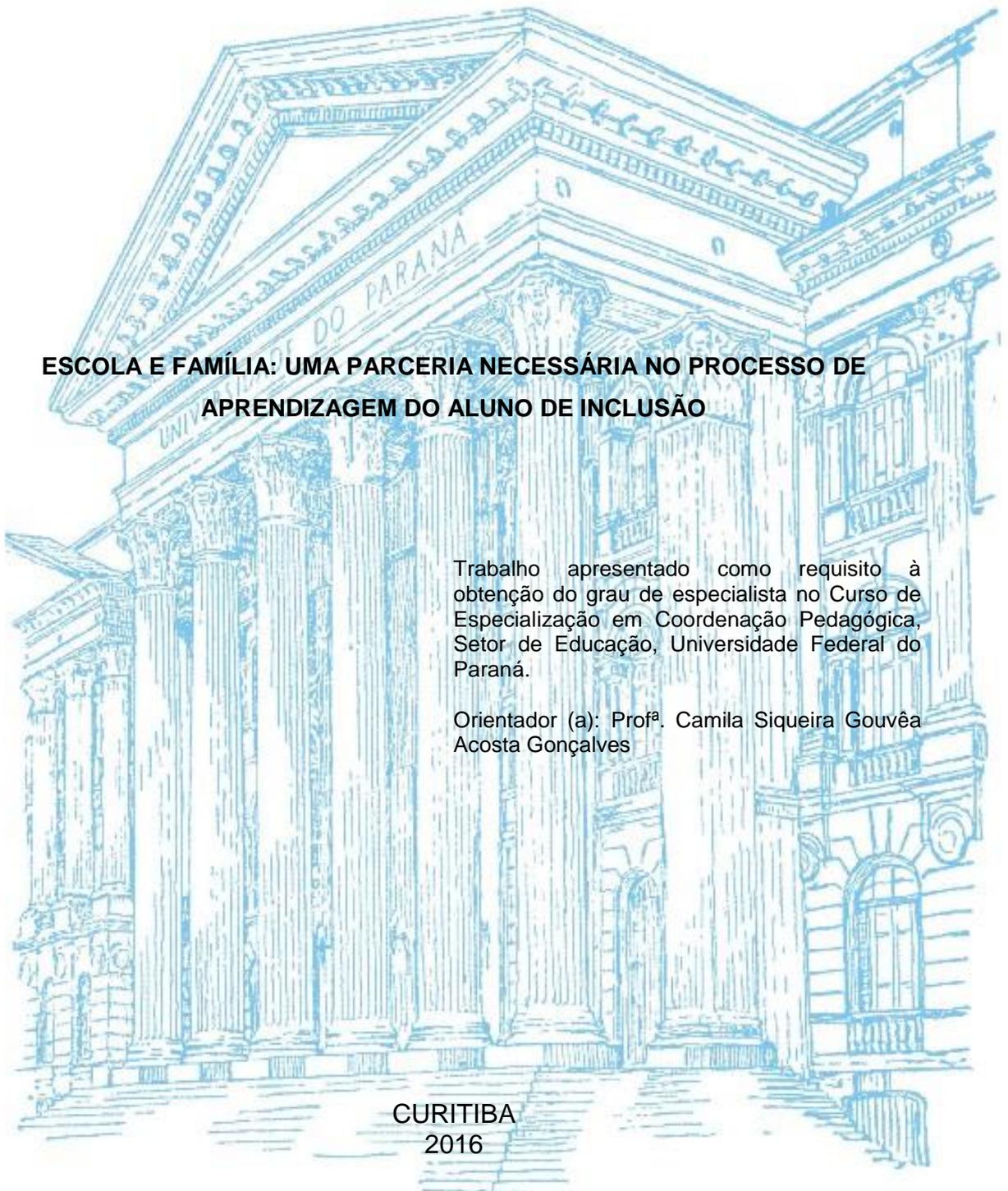
VERA LUCIA DE AGUSTINHO DE OLIVEIRA

**ESCOLA E FAMÍLIA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DO ALUNO DE INCLUSÃO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof^a. Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves

CURITIBA
2016



DEDICATÓRIA

Aos meus pais e familiares, que foram grandes incentivadores e que sempre acreditaram nos nossos sonhos e a minha Orientadora Prof^a. Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves por não desistir de mim.

Escola e família uma parceria necessária no processo de aprendizagem do aluno de inclusão

Vera Lúcia de Agostinho de Oliveira

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar como ocorre a articulação entre escola, representada pelos seus membros, e a família do aluno público-alvo da educação inclusiva. Primeiramente, irá analisar alguns documentos legais que tratam da educação no âmbito da inclusão, por meio de uma revisão bibliográfica. Para tanto, além de tais documentos, conta com pesquisas de outros autores, que contemplam em seus trabalhos a relação entre escola e família, trazendo contribuições significativas à pesquisa, que objetiva discutir esta relação e analisar os desafios que são encontrados neste processo. Para tal, utilizar-se-á do método exploratório, com contribuições da pesquisa bibliográfica. Os resultados sugerem que não há educação formal, aquela que acontece no âmbito institucional, quando não se há participação da família no contexto escolar e também que não acontece educação formal, sem que se valorizem aspectos emocionais, comportamentais e cognitivos viabilizados pela participação familiar em consonância com a equipe pedagógica escolar.

Palavras-Chave: Participação familiar. Inclusão escolar. Aprendizagem de alunos inclusos.

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os estudos relacionados aos direitos à educação e muitos são os documentos promulgados, que objetivam garantir a todos os cidadãos, tais direitos. No Brasil, a lei maior, ou a Constituição Federal, de 1988, traz em seu artigo 205,

Art. 205 - a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Quando trata-se da educação inclusiva, um documento muito importante é a Declaração de Salamanca, que foi elaborado a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Este foi construído com a idealização de uma educação inclusiva, para todos, que reconhece as diferenças sem deixar de ofertar aprendizagem, de acordo com as necessidades individuais. Essa ideia é exemplificada conforme o texto da Declaração de Salamanca, de 1994, que diz,

Art. 2º - Cremos e proclamamos que:

- todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação, e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;
- as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, p. 1)

É válido ressaltar que a partir do momento em que tais medidas efetivam-se, combatem-se as atitudes discriminatórias, contribuindo assim para

que a sociedade torne-se inclusiva e igualitária.

Outro momento importante na história da educação inclusiva foi o documento criado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado na cidade de Jontiem, na Tailândia em 1990, onde alguns países assumiram o compromisso com as metas de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagens de crianças, jovens e adultos, onde a premissa era alfabetizar todos os cidadãos.

Os participantes da Cúpula Mundial de Educação, confirmam o compromisso com os objetivos e metas da educação, no Marco da Educação de Dakar (2000), “[...] O Marco da Educação de Dakar é um compromisso coletivo para a ação. Os governos tem a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de Educação Para Todos sejam alcançados e mantidos.” (p.1)

O Brasil não fica fora de todas estas buscas, onde leis e documentos foram criados com o objetivo de defender a educação inclusiva. Tem-se o Plano Decenal de Educação para todos, 1993-2003 e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1999, que são exemplos de documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece que

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996)

De acordo com Vioto e Vitaliano (2012, p.5) “Cabem às escolas de ensino regular desenvolver não só uma nova política educacional congregada a uma prática inclusiva, mas também uma nova cultura escolar pautada nos direitos humanos.”

Porém, para que se edifique esta educação, de acordo com a Declaração de Salamanca, de 1994,

Art. 59. Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extra-curriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças. (UNESCO, 1994)

Esta pesquisa trata principalmente do relacionamento entre pais e equipe escolar, onde incluem-se pedagogos, professores, gestores e servidores, enquanto facilitadores de aprendizagens para as crianças, independente de suas dificuldades e considerando as especificidades de cada indivíduo, dentro de um contexto onde existem leis que subsidiam uma educação de qualidade, equidade e acima de tudo, onde se deve haver inclusão, nas suas vertentes complexas ou não.

Desta forma, ressalta-se que todos os envolvidos na inclusão precisam trabalhar em conjunto, a fim de suprir a necessidade educativa da criança, favorecendo a conquista dos objetivos traçados por toda equipe.

Diante desse panorama, optou-se por focar na relação família – escola, onde o pedagogo atuante é o articulador dentro desse processo educativo de inclusão, e pretende-se investigar como se dá essa parceria e quais os principais desafios que a instituição ainda enfrenta diante das diferentes situações encontradas.

Baseando-se em fatos já vivenciados, sabe-se que a família é a principal interessada no pleno desenvolvimento da criança e certamente almeja o aprendizado da criança. Se não ocorre aprendizado, ela tende a questionar os objetivos pedagógicos da instituição e porque estes não ocorreram.

Segundo Gil (2005 apud VIOTO E VITALIANO, 2012, p.5) “faz-se necessário que todos os envolvidos no referido processo tenham em mente que o objetivo da educação inclusiva é propiciar a participação efetiva de todos os alunos.”

Dessa maneira, essa pesquisa qualitativa visou responder à seguinte pergunta:

- Como o pedagogo enquanto articulador do processo inclusivo, pode contribuir para que realmente aconteça inclusão, considerando informações trazidas pela família?

Diante do exposto, realizar-se-á uma pesquisa de cunho exploratório, que tratará das questões elencadas, focando no ensino de alunos público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva. O próximo capítulo iniciará com uma breve pauta sobre a revisão de literatura sobre o assunto escolhido, seguido da

metodologia da pesquisa utilizada. Por fim, a conclusão com ênfase nos resultados alcançados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com o objetivo de escrever o Trabalho de Conclusão para o Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica foi realizada uma revisão de literatura acerca das temáticas e, para tanto, seguiu-se o método:

- Pesquisa de artigos científicos nas bases de dados SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO, usando os descritores: educação inclusiva, educação especial, relação professor aluno. Paralisia cerebral e deficiências múltiplas;
- Livros que são referência para a área pesquisada;
- Textos disponíveis na Biblioteca do Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica;
- Legislação educacional brasileira.

Nessa revisão de literatura, o foco é tratar sobre as principais dificuldades enfrentadas no ensino especial, principalmente quando família e escola depararam-se com situações de aprendizagem em que é importante a participação de ambas.

Ressalta-se assim, que citações das principais ideias de outros autores serão mencionadas para salientar a contribuição da atual pesquisa, seja para contradizer ou para reafirmar comportamentos e atitudes.

De acordo com MARCONI E LAKATOS (2010),

Há maiores meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente, o que define a abordagem escolhida. (p. 116)

Assim, entende-se de acordo com Moreira e Caleffe (2008) que,

A revisão de literatura ajuda a focar mais diretamente e a melhorar, se for o caso, o problema de pesquisa. Com a revisão de literatura é possível identificar as principais tendências de pesquisas na área de interesse, as eventuais lacunas e os conceitos importantes que estão sendo usados. Além do mais, uma boa revisão de literatura ajuda o professor/pesquisador a contextualizar o seu problema de pesquisa em um modelo teórico mais amplo. (p. 27)

Desta forma, analisar-se-á alguns documentos que norteiam o ensino especial, bem como a forma como se dá a participação da família neste contexto.

2.1 DOCUMENTOS QUE TRATAM DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

“Há mais de sessenta e cinco anos, a educação foi declarada um direito humano básico para cada indivíduo, e consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.”(ESCOLA DE GOVERNO, 2008)

Desde então foi reafirmado na Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e a Convenção sobre os direitos da Criança (1989), entre muitos outros instrumentos internacionais de direitos humanos.

Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento de sua escolaridade. As escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso estas crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves. Existe o consenso crescente de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ser incluídos nas estruturas educativas destinadas à maioria das crianças, o que conduziu ao conceito de escola inclusiva. (UNESCO, 1994, p.6)

Em 1990, mais de 150 governos adotaram a Declaração Mundial de Educação para Todos e Todas, em Jomtien, na Tailândia, para estimular os esforços para oferecer a educação adequada. Dez anos depois, em Dakar, no Senegal, o Fórum Mundial de Educação reafirmou o seu compromisso e adotou os seis objetivos para a Educação para todos até 2015.

O Brasil, enquanto país membro, por meio do ministério da Educação, renova ano a ano este compromisso.

Sobre família e sua importância na vida dos indivíduos,

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSEN e POLONIA, 2007, p.22)

No que diz respeito à educação, tanto escolar quanto familiar, ambas compartilham funções educacionais e são responsáveis pela transmissão e construção de conhecimentos organizados, seja para o indivíduo público alvo da educação especial ou não. (DESSEN e POLONIA, 2007)

De acordo com Artche e Bornhold (1999, p. 23), “no ambiente familiar a criança aprende a administrar e resolver conflitos, a controlar suas emoções, expressar diversos sentimentos que constituem as relações interpessoais”.

Considerando a escola uma instituição em que as atividades acadêmicas devem ser formalizadas e entendendo este espaço como de desenvolvimento e aprendizagem, devem se considerar cada indivíduo como único, em seus aspectos cognitivos, afetivos, sociais e históricos. Dessa forma, faz-se importante o diálogo entre pais e equipe pedagógica para que realmente aconteçam aprendizados significativos.

Diante disso, faz-se necessário compreender os processos de desenvolvimento de tal indivíduo e relacioná-los ao momento em que este está na escola. A família exerce uma forte influência quando se trata de evasão escolar, repetência, falta de hábitos de estudo, problemas comportamentais e outras questões, pertinentes ao processo ensino e aprendizagem.

2.1.1 Educação inclusiva – interação família x escola

Quando se trata de educação inclusiva, a participação familiar se torna ainda mais importante. O envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações para o aluno público-alvo da educação especial apresenta papel específico diante do desafio que o ensino especial propõe.

De acordo com Garbini e Sinnemann (2013, p. 4), “a educação inclusiva, por vezes, gera angústias e entusiasmos, e exige um processo complexo de transformação, tanto por parte da instituição escolar quanto da família”.

Segundo Bourdieu (1987, apud CARVALHO, 2000, p. 142),

“o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais quanto deficiências escolares.” (BORDIEU apud CARVALHO, 2000 p.142).

Pode acontecer, ainda, de a escola não atender à expectativa da família e compreende-se que tanto pais quanto equipe escolar devem ter cautela nesse momento, pois de acordo com Mousinho et al. (2010),

A equipe pedagógica da escola possui o conhecimento específico necessário para identificar quais serão os objetivos adequados a cada seriação. A parceria é necessária. Se são as famílias os que conhecem seus filhos no dia a dia, os especialistas na área estão na escola e devem ser respeitados em seu papel. Portanto, esta troca, envolvendo também a equipe terapêutica de apoio, é que vai favorecer a adaptação necessária ao desenvolvimento da criança. (p.7)

Outra situação que deve ser analisada envolve a família e o que ela traz para a escola. Afinal, compreende-se que a família é o aporte maior e é ela que conhece realmente a criança, tendo em vista a pesquisa realizada.

Segundo Gil (2005, apud VIOTO E VITALIANO, 2012, p. 5), “estas questões precisam ser analisadas e as práticas inclusivas tem que ter como participantes: professor, a família, a coordenação pedagógica e os órgãos governamentais.”

A partir das questões colocadas pelos autores, pode-se concluir que sem a participação familiar, a educação tende a ser deficiente, pois necessita-se dessa interação e reciprocidade. Então deve partir dos dois lados, com ajuda mútua e que realmente surtam os efeitos desejados.

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO QUALITATIVO EXPLORATÓRIO

A partir da revisão de literatura, pode-se concluir que a articulação família escola no processo de inclusão é um tema recente, o qual não tem sido abordado com frequência. Porém, é um tema necessário de pesquisa, uma vez em que a inclusão escolar é considerada um direito em território brasileiro e a constituição prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988, ART. 205, 206 e 207).

Dessa maneira, para fins dessa pesquisa, a metodologia será uma pesquisa exploratória. De acordo com Gonçalves, (2014, p.16) “a pesquisa exploratória visa à

descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes.”

Ainda sobre a pesquisa exploratória, de acordo com Cervo et al (2006, p.8) esta “estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.”

Nas palavras de Piovesan e Temporini (1995, p.19), “a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere”.

Nessa perspectiva, esse estudo apresenta-se em sentido geral, ainda na fase de planejamento da pesquisa, onde possa-se refletir sobre as premissas e características da realidade observada. “Ela permite que a realidade seja percebida tal como é”. (PIOVESAN e TEMPORINI, 1995, p. 20).

3.1.1 Coleta de dados – Questionário

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário com pedagogas atuantes no ensino fundamental, no município de Pinhais, estado do Paraná. O objetivo central da pesquisa procurou compreender o processo articulatório entre famílias e escola, no âmbito inclusivo.

Foi utilizada uma amostra de seis pedagogas das escolas da rede pública do município. Das entrevistadas, o tempo de experiência na equipe pedagógica variou de 5 a 25 anos, sendo que na área da inclusão escolar, esse tempo diminuiu entre 2 e 5 anos.

O questionário abrangeu 3 questões abertas. A primeira delas solicitou ao profissional que descrevesse um caso bem sucedido, que contemplasse a articulação família escola e ainda que estratégias pedagógicas foram utilizadas bem como os resultados alcançados. A segunda questão referiu-se a importância da relação família escola no processo de aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial, como o profissional vê esta parceria. Na última parte, foi pedido aos pedagogos orientações que estes dariam aos pedagogos em relação à inclusão escolar e a participação da família.

Seguem abaixo as perguntas do questionário:

1) Descreva um caso bem sucedido, no qual se deu a articulação entre escola e família e que estratégias pedagógicas foram utilizadas. Que resultados foram alcançados?

2) Na sua opinião, qual a importância da participação familiar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial?

3) Que orientações você daria aos pedagogos atuantes na educação especial, para que realmente se efetive a inclusão e a aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial em parceria com a família?

No primeiro questionário, o caso apresentado, tratou de um aluno com Transtorno do Espectro Autista. O mesmo usava fralda e não interagiu com as demais crianças. Foi feito um grande trabalho, onde família e escola participaram e os resultados foram positivos. Em menos de um ano o aluno deixou de usar fraldas, tornou-se independente para ir ao banheiro e passou a interagir com as pessoas da escola. A pedagoga declarou ser de extrema importância a participação da família, na escola, para o desenvolvimento da criança. Quanto à orientação citada pela pedagoga, a mesma declarou que o profissional pedagogo da inclusão deve conhecer o aluno, por meio do seu histórico e pelo estudo de sua trajetória e ainda que avaliações do desenvolvimento devem sempre ser realizadas.

O segundo caso, foi exemplificado com um aluno com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Neste caso, a família buscou junto à escola, atividades extras que auxiliaram o aluno na obtenção da autonomia e no controle da sua atenção. A pedagoga mencionou que não existe inclusão quando a família não participa e que o profissional pedagogo responsável deve procurar sempre conhecer a criança e suas particularidades, buscar conhecimento sobre o caso e apoiar, trazer a família para a escola.

A terceira profissional que respondeu ao questionário, mencionou o caso de um aluno do terceiro ano, que apresentava dificuldades na linguagem, no relacionamento com colegas e ainda apresentava agressividade. A escola fez reuniões com os pais e encaminhamentos aos profissionais da saúde como fonoaudiólogo e psicólogo. O resultado foi válido, pois o aluno avançou para o ano seguinte demonstrando maior segurança com suas dificuldades minimizadas. O pedagogo citou que os pais devem ser parceiros nos compromissos com o aluno. O pedagogo envolvido deve buscar informações para lidar com os alunos inclusos e conhecer o problema. Os pais devem ser comprometidos com a educação de seus filhos.

O outro caso apresentado, referiu-se a um aluno com Transtorno do Espectro Autista, a família era muito presente e sempre que necessário, comparecia e participava. A pedagoga comentou que é muito importante a participação da família, para que estratégias eficientes sejam criadas, adequadas à condição de cada aluno. Quanto às orientações cabíveis aos pedagogos neste processo, sugeriu um trabalho conjunto, pois dessa forma resultados positivos ocorrerão.

O quinto caso, também referiu-se a um aluno com Transtorno do Espectro Autista. A pedagoga realizou diversos estudos sobre o tema e repassou à família, verbalmente ou por meio de textos, os conhecimentos adquiridos. Pensa que é muito importante a família adquirir confiança na escola para que um trabalho produtivo aconteça. Aos pedagogos da inclusão, sugere que estes convidem a família para participar de reuniões periódicas; realize estudos sobre o tema e conscientize a família da importância de entender a criança em suas dificuldades.

A última profissional que respondeu ao questionário, não trouxe um caso vivenciado, porém compreende a importância da família no âmbito escolar, declarando que o processo de aprendizagem fica comprometido quando esta não participa. Todos devem estar sintonizados e se ajudando. A família tem que confiar na escola, assim como a escola tem que saber que a família estará dando sequência ao trabalho desenvolvido na escola. É preciso estabelecer um vínculo com a família, atualizar-se sobre o processo inclusivo e conhecer as particularidades de cada aluno atendido.

4 ANÁLISE DE DADOS

Analisando as respostas dadas pelos participantes, verifica-se que todos acreditam que a participação da família do aluno da inclusão escolar, é de extrema importância e que todos os resultados esperados só acontecerão quando a família e a escola tornarem-se parceiros.

Os resultados indicam que muitas são as dificuldades encontradas pelos profissionais, quando se trata de aluno público-alvo da educação especial, mas que aliados a estratégias feitas juntamente com outros profissionais da escola e participação familiar, certamente será mais fácil atingir os objetivos ao final de cada processo educativo.

Existem leis que garantem a educação de todos esses alunos e quando há inadimplência por parte da família ou da escola, os órgãos competentes podem ser acionados. A escola e a família, juntas tem o poder de fazer a educação acontecer, mas para isso deve haver comprometimento de ambas as partes.

A atuação do pedagogo responsável pelos alunos da educação especial deve ser pontual quanto aos objetivos que se quer alcançar.

Trazer a família para o âmbito escolar, é uma tarefa árdua que exige muito do profissional. Ele deve estar atento às necessidades daquele aluno e isto ele irá conseguir a partir do momento que passar a compreender as reais necessidades da criança.

Cursos de capacitação e aperfeiçoamento, especializações, leituras de artigos acadêmicos e principalmente interação com a família são primordiais quando se deseja um aprendizado real, onde o aluno possa desenvolver-se em suas especificidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que tanto a legislação da educação básica quanto a da educação inclusiva ressaltam a necessidade de a escola comunicar-se com os familiares dos alunos.

A participação das famílias na vida escolar de seus filhos, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, é destacada como estratégia importante de apoio à aprendizagem em publicações técnicas e nas cartas e declarações internacionais resultantes de reuniões e conferências convocadas pela UNESCO desde os anos 1980.

A partir dos resultados obtidos e das análises dos mesmos, percebe-se que é papel da escola garantir que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos (família e escola) de maneira a reconhecer as peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas.

O processo de inclusão escolar é facilitado quando pontos de vistas são revistos, referências e saberes novos são buscadas e mudança de atitudes (de todos) são efetivadas. Assim, deve-se estabelecer novas relações entre escola e família, onde cada uma reveja a sua importância na aprendizagem de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourdieu, P., Cultural reproduction and social reproduction. 1977. In: CARVALHO, M. E., **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. (2000) Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200006> Acesso em: 19/06/2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** (LDB), Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2 ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em 20 de junho de 2016.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; SILVA, R., **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A. C., Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>> Acesso em: 20/06/2016.ytttttESCOLA DE GOVERNO. **Os Direitos Humanos na Declaração Universal de 1948 e na Constituição em Vigor**. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/115-direitos-humanos-declaracao-1948>> Acesso em 15/08/2016

GIL, M. Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?, 2008. In: VIOTO, J.; VITALIANO, C., **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. (2012) Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/660/668>> Acesso em: 18/06/2016.

GONÇALVES, H. A., **Manual Metodologia da Pesquisa Científica**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Avercamp. 2014. 168p.

[MOUSINHO,R.](#) et al. Mediação escolar e inclusão. **Revista de psicopedagogia**. vol.27, n.82, pp. 92-108. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010> Acesso em 22/06/2016.